

O Ensino e a Crítica das Literaturas Africanas no Brasil: um caso de neocolonialidade e enfrentamento

Laura Cavalcante Padilha - Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Na história dos cursos de Letras, no Brasil, os estudos sobre a África e sua produção literária foram sempre colocados à margem e encobertos por um denso manto de silêncio. Tal situação começa a querer reverter-se nos anos setenta, mormente depois das independências dos países então colonizados por Portugal, países estes cuja literatura constitui a área do conhecimento em que mais diretamente atuo. Foi fundamental, em todo esse processo, o papel da Universidade de São Paulo e dos seus pesquisadores pioneiros, como Fernando Mourão e Maria Aparecida Santilli. Por isso, o presente ensaio os homenageia e a eles é dedicado, além, obviamente, da homenagem ao professor Malaca Casteleiro, da Universidade de Lisboa.

ABSTRACT:

In the history of Literature courses, in Brasil, the studies on Africa and African literary production have been put aside and covered by a dense silence. This situation started changing from the 70's on, especially after the independence of Portuguese speaking countries, whose literature I am mostly connected to. During this period, major work was lead at Universidade de São Paulo (USP) by pioneers like Fernando Mourão and Maria Aparecida Santilli. This is the reason this essay is a homage to them, as well as it is dedicated to Professor Malaca Casteleiro, from Universidade de Lisboa.

Palavras chave: Ensino, Literaturas Africanas, História

Key words: Teaching, African Literatures, History.

1. A área de estudo e a questão do ensino

Pensar a forma de organização dos currículos dos cursos de Letras no Brasil leva-nos necessariamente a refletir sobre o fundo da cena do imaginário nacional, lá onde se alimentam outras matrizes culturais distintas das européias, mas tão fortes e significativas quanto elas. Não obstante a existência desta outra força, os planejadores educacionais brasileiros nunca consideraram tais matrizes e, em nosso passado histórico, sempre buscaram o legado europeu, quando propuseram e/ou reformularam currículos e programas, igualmente sempre distanciados da realidade nacional (cf. Alfredo Bosi, 1992).

Em ensaio escrito em 1989 e intitulado “Ambíguo vazio” (1990, pp. 47-56), ensaio, aliás, já retomado por diversas vezes, busquei recortar diacronicamente a questão, na tentativa de surpreender os motivos do fenômeno que venho nomeando de neocolonialidade curricular. Não me parece necessário recuperar todos os pontos que embasaram minhas reflexões, sobretudo porque, a cada momento, surgem fatos novos que vão permitindo uma reavaliação constante do que se passa em nosso específico universo acadêmico e de pesquisa. Por isso, e de forma esquemática, recuperarei apenas parte daquelas reflexões, algumas das quais já difundidas em textos por mim publicados.

Desde o momento de sua criação, na década de 30 – momento, aliás, que corresponde ao tempo histórico marcado por um debruçar-se crítico sobre o processo de autognose do país –, os cursos de Letras e os jurídicos representavam dois dos mais altos vetores da formação universitária brasileira, já que se faziam os centros por excelência de consolidação do saber humanístico. A consciência de nosso subdesenvolvimento, aqui recorrendo ao ensaio “Literatura e desenvolvimento” de António Cândido (1987, pp. 140-162), traz a perda da aura desse saber, principalmente na área da formação do magistério, cujo desprestígio crescente se agravou nas últimas décadas, sobretudo em virtude dos baixos salários da categoria no mercado de trabalho. O não-reconhecimento salarial potencializa o desprestígio, pois, como se sabe, vivemos sob a hegemonia dos pressupostos neoliberais que, de um lado, contribuem para dessocializar o capital e, de outro, para aprofundar a desigualdade cada vez maior entre as classes sociais, fixando

os papéis representados, na cena histórica contemporânea, por cada uma delas, como tão bem analisado por Boaventura de Sousa Santos e João Arriscado Nunes (2003).

De outra parte, é preciso lembrar que essa espécie de perda da aura dos estudos das Letras não vai modificar os modelos nos quais se enraíza a concepção curricular cujo principal eixo de sustentação continua a ser representado pelo ocidente eurocêntrico. Explica-se, assim, por que os cursos ainda se chamam genericamente de Letras e por que, do mesmo modo, as habilitações, na graduação, seguem privilegiando, para além de nosso idioma, o olhar para a Europa, suas línguas e suas culturas. Confirmamos: Português/Inglês; Português/Alemão; Português/Francês; Português/Espanhol, etc. Poucas são as instituições que pensam o Oriente, por exemplo. Da África, nem se fala. O silêncio reina como um absoluto, muito embora, a partir da metade da década de 70, como já referido, haja um movimento no sentido de que tal espaço vazio venha a ser ocupado, sobretudo no âmbito dos estudos humanísticos e/ou sociais desenvolvidos por pesquisadores vinculados à Universidade de São Paulo, o que se estende, em um segundo momento, a outros centros acadêmicos nacionais.

Com respeito aos cursos de Graduação, as cinco Literaturas Africanas em Língua Portuguesa (mesmo se considerarmos uma habilitação como Português/Literaturas, na qual se oferecem mais detidamente as expressas na língua materna) não se elencavam como obrigatórias, conforme se dava com a Portuguesa e a Brasileira. Estas, só com a última proposta de reformulação curricular, deixaram de ser assim catalogadas. Quando, salvo em um ou outro programa, as Africanas eram colocadas entre as optativas, elas apareciam com uma carga horária mínima, quando não se listavam entre as disciplinas de Literatura Portuguesa, recebendo, com variantes, a denominação genérica e abrangente de “Manifestações Literárias Ultramarinas”, mesmo depois das independências dos países africanos, em 1975.

O quadro assim posto não deixa dúvidas de que a descolonização curricular não chegou para os legisladores brasileiros a que, compete normatizar a educação em nosso país. Mantenho aqui o termo descolonização, mesmo sabendo, com Edward Said, que “[...] em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo [...] sobrevive onde sempre existiu, numa esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, econômicas e sociais” (1985, p. 40). É o que a visão curricular oficial

do campo das Letras, no Brasil, ensina até hoje, quando insiste em não considerar a importância das matrizes culturais africanas e indígenas na formação do imaginário brasileiro. Em 1984, em um congresso realizado em Lisboa, portanto há mais de vinte anos, assim se expressava a pesquisadora Maria Aparecida Santilli, uma das primeiras de nossas vozes críticas, ao referir-se à questão das Literaturas Africanas no Brasil e à sua relação com a Portuguesa e a Brasileira:

Sua equiparação às demais literaturas em português, seu reconhecimento, é agora uma questão eminente que cumprirá levar à condição de iminência. Falamos de um tempo ainda de legitimação porque nas três centenas de cursos de Letras no país, apenas em cerca de uma dezena deles, talvez, se cogitou de pô-las em sua programação e, ainda assim, fora do currículo das disciplinas básicas dos cursos de Letras. (1984, p. 304).

Duas décadas depois, continuamos nós, pesquisadores e docentes, a luta por essa tão esperada legitimação, como bem demonstrou Tânia Macedo, em 1991, reforçando a análise de Santilli, já no I Encontro de Professores de Literaturas Africanas em Língua Portuguesa, realizado na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, no Rio de Janeiro, com o apoio de diversas instituições. Tal Encontro representou, ele próprio, uma tentativa de reversão de expectativas, pois, historicamente, o fórum no qual circulavam as pesquisas de área eram os já tradicionais Encontros de Literatura Portuguesa, o que até hoje ainda não se reverteu, como pode comprovar a leitura dos anuais desses Encontros, já em sua vigésima versão.

A comunicação, apresentada por Macedo em mesa-redonda, tem o sugestivo título de “Indignação necessária: Reflexões em torno do ensino das literaturas africanas em língua portuguesa no Brasil”. Em seu balanço, muito mais do que apenas reflexões, a docente e pesquisadora lança um

olhar retrospectivo, abarcando quase uma década e meia (dos fins dos anos setenta até hoje) dos estudos das literaturas africanas de língua portuguesa entre nós, o que sem dúvida revela-nos importantes etapas vencidas e, como não poderia deixar de ser, indica que ainda outros maiores trabalhos e desafios estão a caminho. (1995, p. 275)

De 1991, até agora, realizaram-se, em várias instituições universitárias brasileiras, encontros científicos, congregando docentes e pesquisadores, o que veio a consolidar a área e criar um espaço de circulação para os estudos africanos no país. Isso não significa que se tenha sedimentado uma série histórica, tal como se dá com os congressos que reúnem os profissionais de Literatura Portuguesa, Brasileira, Comparada, etc. Também não temos uma associação nos moldes das que congregam os pesquisadores das várias áreas do conhecimento científico.

Por outro lado, é preciso ressaltar que as publicações sobre as Africanas se multiplicaram, nesses vinte e tantos anos, e já vem sendo reconhecidas dentro e fora do espaço nacional. Para que tais produções científicas tivessem êxito, convém lembrar, muito contribuíram e contribuem os cursos de pós-graduação que, desde a década de 80, formam uma massa crítica considerável pela qual se dissemina uma leitura de África, impensável até bem pouco tempo. A interdisciplinaridade e o comparativismo são as forças axiais em que tais estudos acadêmicos se vêm alicerçando na área das Letras. Com isso – ou seja, pela tentativa de, por um viés transdisciplinar, tornarem-se mais visíveis alguns recessos da cultura nacional – , nós, estudiosos, acreditamos estar contribuindo para a reversão da opacidade por tanto tempo existente. Só assim cremos ser possível mudar o contorno da imagem de nossa distorcida face projetada no espelho da história, espelho em que, por muito tempo, se elidiu a pluralidade do sujeito nacional, pelo fato mesmo de que a contribuição simbólica dos primeiros habitantes da terra e dos que para cá vieram como escravos foi sempre considerada, sumariamente, de menor ou quase nenhuma importância.

Vale a pena insistir, neste ponto, nas considerações elaboradas por Homi Bhabha sobre esse sujeito nacional, pensado em uma perspectiva etnográfica pela qual o observador se torna parte de sua própria observação, em gesto deliberadamente inclusivo. Afirma o autor, neste sentido, que “o sujeito nacional se divide na perspectiva etnográfica da contemporaneidade da cultura e oferece tanto uma posição teórica quanto uma autoridade narrativa para vozes marginais ou discursos da minoria” (1998, p. 213).

Perseguir tal “autoridade narrativa” se faz o objetivo maior do ensino das Literaturas Africanas em Língua Portuguesa, conforme hoje se apresenta no Brasil. Ou seja, vêmo-lo como um modo de levar o profissional da área a “enraizar no passado [sua]

experiência atual” (Bosi, 1992, p. 15), para, desse modo, melhor interpretar o presente e pensar, de maneira mais sólida, a construção do futuro. Talvez assim nos possamos mobilizar, já agora, não contra uma postura imperialista ditada pelos centros hegemônicos e à qual servilmente nos submetemos, dada a nossa condição de ex-colonizados, mas a favor – voltando a Santos e Nunes – da construção “de um mundo melhor, mais justo e pacífico” (2003, p. 14) a que sabemos ter direito e que a globalização neoliberal tenta obstaculizar de todas as formas possíveis.

2. A crítica brasileira e seu processo de consolidação

A necessidade de encontrar modos de tradução da África no espaço crítico brasileiro é, como se dá com a questão do ensino, um movimento das três últimas décadas entre nós. Representava, e até hoje representa, uma busca de trazer, à cena contemporânea, as tradições que sempre foram apagadas e/ou se apresentavam como incompreensivelmente exóticas ou diferentes, no olhar dos agentes do vetor considerado alto, da cultura brasileira. Tratava-se, como postula Stuart Hall, de retrabalhá-las em nossa trama simbólica, ressignificando-as. Buscávamos traduzi-las, no sentido derridiano do termo. Não queríamos transportar sentidos, aqui utilizando a leitura de Sarat Maharaj sobre a tradução em Derrida e que citamos a partir de Hall. Objetivávamos, seguindo Derrida, por Maharaj, criar uma “dupla escrita”, já que sempre, nesse jogo de tradução de uma língua a outra,

O tradutor é obrigado a construir o significado na língua original e depois imaginá-lo e modelá-lo uma segunda vez nos materiais da língua com a qual ele ou ela o está transmitindo. (2003, p. 41).

É a esse processo que chamo de ressignificação.

As Literaturas Africanas expressas em Língua Portuguesa, mas que nunca deixaram de vazar o imaginário local ou a sua memória, se nos oferecia como campo da cultura onde já houvera também um primeiro movimento tradutor, aqui considerando seu próprio espaço de produção. Para os agentes literários africanos dos séculos XIX e XX, a “língua original”, aquela dos princípios, já se havia perdido nas brumas do tempo, desde

que o colonizador rasurou-as, ao empunhar o chicote com que impunha suas próprias normas culturais. Manuel Rui Monteiro relê a cena inaugural de rasura e apagamento, para tanto usando a metáfora do canhão, como indicadora do nível de violência do processo (1987). Tanto na África, como em sua diáspora brasileira, o movimento foi o mesmo, ou seja, de supressão e, não, de inclusão da diferença, como postula, por exemplo, a tese luso-tropicalista defendida por Gilberto Freyre (1961).

Só para recordar a referida tese, abrimos um parêntese e convocamos o sociólogo brasileiro, para quem a colonização portuguesa foi, nos trópicos, “completada com amor”. E ele continua: “amor de homem a mulher de cor e amor de homem a terra quente, para amortecer, dulcificar asperezas” (1961, p.50). O resultado desse amor “dulcificante” seria a criação de uma “comunidade luso-tropical” inclusiva e que viesse a ser “um tipo novo de federação”, pela qual as matrizes européias, americanas e africanas interpenetradas, acabariam por criar um “terceiro estilo de cultura que [fosse], também, uma nova forma de civilização tropical” (idem, pp. 8 e 77). Quem lembra, pensando o espaço africano, os massacres de Batepá, em São Tomé, ou do Pijiguiti na Guiné-Bissau, sabe que jamais deixou de haver a divisão entre o “Portugal metropolitano”, dominador, e o “Portugal colonial”, apenas na aparência dominado, e, muito menos, “um Portugal só” (idem, p. 235) que, na avaliação de Freyre, existiria plenamente em 1961, ou seja, no ano da eclosão das guerras de liberação nacionais africanas começadas em Angola. O fascismo salazarista soube explorar – e bem – as idéias luso-tropicalistas e não é por outra razão que O luso e o trópico foi editado, em Lisboa, no âmbito das comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique. O subtítulo da obra é simbólico e sintomático de todos os pontos de vista: “Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da européia num complexo novo de civilização: o luso-tropical”.

Repetimos: o ano em que isso se diz é 1961...

Obras como as de Freyre e de outros brasileiros contribuíram para o processo de mascaramento, de rasura da África e de sua diferença entre nós. Volto a Hall que assim se refere a essa supressão e/ou silenciamento, de modo genérico, lembrando a necessidade de se atentar para

o significante, a metáfora, para aquela dimensão de nossa sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada e isso, apesar de tudo que ocorreu, permanece assim. (2003, p. 41)

Por concordar que “permanece assim” e não aceitar passivamente tal permanência, um grupo de pesquisadores ligado a outras áreas do conhecimento começou por deixar objetos de pesquisa, optando por exercer suas atividades no novo campo das Africanas que se começou a abrir, de modo ainda tímido, nos anos 50 e 60; de forma mais organizada no fim da década de 70 e, de maneira deliberada e interventina, dos anos 80 até os nossos dias. Queríamos, como queremos, tornar mais visíveis “o significante” e a “metáfora” que a África representa, na busca de construir o que Santos e Nunes chamam de “novas formas de solidariedade”. Por conseguinte, trabalhamos, de um lado, com o recurso que se nos oferece ainda hoje, ou seja, o da “sociologia das ausências”, pela qual se podem “identificar os silêncios e as ignorâncias” histórico-sócio-culturais. Por outro lado, a “teoria da tradução” se nos apresenta como uma forma de “criar”, ainda segundo os autores, “inteligibilidades mútuas”, articulando, em certo sentido, “diferenças e equivalências entre experiências, culturas, formas de opressão e de resistência” (2003. Todas as citações se encontram na p. 26).

Projetar um espaço crítico para as Africanas foi a forma por nós encontrada de buscar as “integibilidades mútuas” que nos permitissem traduzir, em nossa “língua crítica” – teórica e metodologicamente embasada nos instrumentais de que então dispúnhamos -, o que até o momento de nossa escolha ainda mergulhava em um fosso de opacidade e silêncio. Começamos, assim, por bordejar as margens, com cuidado e atenção, procurando encontrar novos instrumentos que nos ajudassem a tornar visíveis não quaisquer essências ou diferenças absolutas, mas pura e simplesmente novas formas de olhar e de reembarar analiticamente o edifício cosmogônico dos vários povos espalhados pelo continente e que têm em comum, o “próprio africano”, aqui pensando como Honorat Aguessy (1970). Nessa ressignificação simbólica, outras matrizes, experiências e fatos culturais se erigiam. Voltando a Hall, diria que fomos em busca, através da construção literária e cultural que as produções artístico-verbais africanas acabam por nos oferecer, das “rotas” que, ao fim e ao cabo, subsistiam, como afirma o teórico jamaicano, “no interior das complexas configurações” (Hall, idem, p. 40) de

nossa própria cultura. O percurso pelo discurso, parodiando Manuel Rui (1995), não foi fácil, mas procuramos construí-lo, com perseverança e, principalmente, com a consciência do sentido do novo caminho metodológico a ser trilhado.

As rotas, pelas quais a África de colonização portuguesa e o Brasil começaram a traçar os caminhos para nossos novos “achamentos”, começam a projetar seu traçado, no âmbito da literatura, com a produção romântica do século XIX, mas de forma ainda incipiente. Basta que se leiam as *Esportaneidades da minha alma* – às senhoras africanas de José da Silva Maia Ferreira, para que se evidencie, de modo claro e incontestável, a presença de Gonçalves Dias, por exemplo (cf.”A minha terra”, 1980, pp. 12-19, poema escrito no Rio de Janeiro em 1849). Depois, tais rotas se tornaram mais movimentadas no século XX, no momento mesmo em que o processo de descolonização começou a gritar sua urgência. Tal “grito” leva, no plano histórico e político, às lutas de liberação nacional africanas e, no literário, à reafrikanização de antigos modelos estéticos ocidentais, base da assimilada expressão artística até determinado tempo. Convocam-se, já então, autores modernistas brasileiros cuja experiência artística é revisitada para, por essa revisita, encontrar-se o efeito de ruptura com aqueles modelos estéticos impostos pelo outro europeu.

No âmbito dos nossos estudos que se debruçam sobre a interlocução África/Brasil, não há como não citar o de Elisalva Madruga, publicado em 1998 – *Nas trilhas da descoberta* -, obra em que a autora analisa “A repercussão do modernismo brasileiro na literatura angolana” (1998), assim como *Angola e Brasil – estudos comparados*, de Tânia Macedo (2002). Outros textos também recortam esse diálogo ou nele tocam, seja no Brasil, seja na África e, de modo especial em Angola, onde encontramos reflexões de Costa Andrade, Carlos Ervedosa, Manuel dos Santos Lima, dentre outros, sobre a questão.

O percurso da chegada das produções africanas ao Brasil, por seu turno, estabelecendo o que chamamos de novos desenhos e mapas, foi acidentado, ora em troca expressiva, como se dá com a divulgação feita pela série *Autores Africanos* da Editora Ática, sobretudo na segunda metade dos anos 80, ora sofrendo os reveses já previsíveis, como o anterior descaso das autoridades político-culturais brasileiras, mormente quando do recrudescimento da censura no período da ditadura militar (1964-1984). O quadro de

descaso não se modifica com a redemocratização do país, porém, já mais recentemente, esboça-se uma tentativa de reversão dessa expectativa, pelo fato mesmo de editoras brasileiras abrirem espaço para a publicação de alguns – embora ainda poucos – autores, como se dá com Pepetela, Agualusa, Ruy Duarte de Carvalho, Mia Couto e Paulina Chiziane.

Neste processo geral de divulgação de obras literárias africanas em língua portuguesa entre nós, não dá para deixar de citar a revista Sul, editada em Florianópolis pelo chamado Grupo Sul (1984-1958), e cuja periodicidade é, aliás, bastante irregular. Remetemos à comunicação feita por Salim Miguel, um de seus organizadores, no I Encontro de Professores das Literaturas Africanas, já referido, onde o intelectual catarinense relata como a revista ganhou circulação internacional e como passou a publicar obras de vários escritores da então chamada “África portuguesa” (1995, pp. 53-67). O certo é que, do fim da década de 40 até 1958, com alguma frequência, a Sul publicizou, para nós, textos aos quais, na mesma fase, ou em momento posterior, passamos a ter acesso, muitas vezes mesmo em antologias portuguesas que abriam espaço para autores “ultramarinos”. Também não há como esquecer o fato de que a primeira edição de Terra morta, de Castro Soromenho, foi brasileira, vindo a público em 1949. Como sabemos, este autor, que tem importância inequívoca no processo de formação da Literatura Angolana, viveu como exilado no Brasil, questão que nos parece bem significativa.

Voltando a construção de nosso edifício crítico, não há como omitir, no sentido do que atrás se expôs, a inexistência, em princípio, de um instrumental teórico-metodológico específico de que nos pudéssemos valer. As obras fundamentais de Frantz Fanon e Albert Memmi ganharam traduções nos anos 70, sendo, em certa medida, os nossos primeiros balisadores de leitura. Deles nos valíamos em cursos, artigos, enfim, em nossas incipientes reflexões.

De outra parte, também ensaios de dois críticos brasileiros – Antônio Cândido e Silviano Santiago – começaram a servir como base teórica de nossas incursões iniciais pelas Africanas. As suas considerações sobre literatura e subdesenvolvimento, dependência cultural, formas de desconstrução e a questão da tradição davam-nos o necessário suporte para a leitura de textos como os de Viriato da Cruz, Antônio Jacinto,

Agostinho Neto, José Craveirinha, Noêmia de Sousa, Alda Espírito Santo, Luandino Vieira, Pepetela, Orlando Mendes, Luis Bernardo Honwana e tantos outros. Em tais textos se encena, como se sabe, o enfrentamento do próprio e do alheio, do uno e do diverso, tanto estética quanto ideologicamente, abrindo-se, assim, pelo imaginário, um espaço mesclado ou um entrelugar onde a diferença e o mesmo se encontravam, aqui seguindo de perto Santiago e o seu seminal ensaio o “Entrelugar do discurso latino-americano”, publicado em 1978, em *Uma literatura nos trópicos*. Do mesmo modo, a obra de Candido, em especial a recolha *A educação pela noite e outros ensaios* (1987), revelou-se muito produtiva e organizadora em todos os níveis.

Na década de 80, começam a aportar, no país, textos produzidos por africanos, em diversas línguas, alguns já produzidos como *Introdução a cultura africana* (1980), no qual se encontram ensaios de Honorat Aguessy, Ola Balogun, Alpha Sow, etc., para além de diversos outros não traduzidos, como os de Mohamadou Kane, Makhily Gassama, Alassane Ndaw, Georges Ngal e tantos mais, isso sem falar nas reflexões, já sedimentadas em língua portuguesa, da autoria de Manuel Ferreira, Alfredo Margarido, Carlos Ervedosa, Manuel Rui, dentre tantos. A base antilhana também foi de grande valia, Edouard Glissant e Aline Césaire a frente.

Todos os ecos dessas vozes contribuíram para que nossas próprias reflexões nacionais se fizessem ouvir, a começar pelas do grupo de pesquisadores pioneiros da Universidade de São Paulo, aqui referenciados, acrescido pelo nome de Benjamim Abdala Junior, discípulo já de Santilli e Mourão. Hoje, podemos considerar que há um aparato crítico construído em várias e diversas direções e pelo qual um pensamento brasileiro sobre as Africanas se estatui. Lembrem-se outros nomes como os de Carmem Lúcia Tindó Secco; Rita Chaves; Maria do Carmo Sepúlveda Campos; Teresa Salgado, por exemplo, para além dos já citados no corpo do ensaio e de outros pesquisadores como Maria Nazareth S. Fonseca, com vários ensaios publicados em periódicos e/ou capítulos de livros. Nas “Referências Bibliográficas” elencam-se apenas obras monotemáticas de caráter coletivo, deixando de parte capítulos de livros, artigos em periódicos, etc., pois há um limite a ser seguido.

Nessa espécie de balanço, não há como não apontar o fato de que, hoje, o pensamento crítico brasileiro é tributário, quase sempre, de um lado, dos pressupostos da Literatura

Comparada e, de outro, dos Estudos Culturais em convergência com os Literários. Esta convergência, segundo Noé Jitrik (2000), cria uma ponte, no espaço da crítica, esta, por sua vez, sempre um gesto desocultador, por excelência. Pensando essas formas de desocultamento, a nova crítica literária sobre as Africanas procura garantir, no Brasil, um gesto de enfrentamento e desobediência. Busca, com isso, romper o silêncio, descentrando, em certa medida, os modelos ocidentais, para, por tal procedimento, enfrentar o cânone hegemônico.

A fim de brevemente concluir, devo dizer que se, por sua parte, a neocolonialidade insiste em não ceder seu espaço, nós, os que a ela nos opomos, insistimos também em enfrentá-la, pondo em circulação novas vozes, que assim se deixam ouvir; outras matrizes culturais, que afinal afloram; diferentes formas de olhar, que ganham espaço. Enfim, objetivamos, como nossos estudos, contribuir para que o múltiplo cultural que somos tome seu lugar. Pelo agenciamento, pois, desse múltiplo, as faces poliédricas do mosaico cultural brasileiro se deixam reconhecer, ao se projetarem no espelho de nossa própria formação histórica, sem admitir ou referendar velhas e já ultrapassadas formas de hierarquização.

Referências bibliográficas

ABDALA JR., Benjamin. *Literatura. História e Política: Literaturas de língua portuguesa no século XX*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *De vãos e ilhas: Literatura e comunitarismos*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGUESSY, Honorat. Visões e percepções tradicionais. In: SOW, Alpha e outros. *Introdução à cultura africana*. Lisboa: Edições 70, 1980.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura..* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOSI, Afredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMPOS, Maria do Carmo Sepúlveda. *Estórias de Angola: fios de aprendizagem em malhas de ficção*. Niterói: EdUFF, 2002.

_____. & SALGADO, Maria Teresa. *África & Brasil: Letras em laços* (org.). Rio de Janeiro: Ed. Atlântica, 2000.

- CÁNDIDO, António. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. O Significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano*. São Paulo: Coleção Via Atlântica, nº 1, 1999.
- _____. & MACÊDO, Tânia (org.). *Literaturas em movimento: Hibridismo cultural e exercícios crítico*. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.
- FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Porto: Paisagem, 1975.
- _____. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERREIRA, José da Silva Maia. *Espontaneidades da minha alma – às senhoras africanas*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da Europa num complexo novo de civilização: luso-tropical*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte; Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- JITRIK, Noé. “Estudios culturales / estudios literarios”. In: PEREIRA, Maria A e Reis, Eliana L. de (org). *Literatura e estudos culturais*. Belo Horizonte: Faculdade de UFMG, 2000, pp. 29-41.
- MACÊDO, Tânia. “Indignação necessária: Reflexões em torno do ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no Brasil”. In: PADILHA, Laura C. (org). *I Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa – Repensando a africanidade*. Niterói: Imprensa Universitária da UFF, 1995.
- _____. *Angola e Brasil: Estudos comparados*. São Paulo: Arte & ciência, 2002.
- MADRUGA, Elisalva. *Nas trilhas da descoberta: A repercussão do modernismo brasileiro na Literatura Angolana*. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1998.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MIGUEL, Salim. “Raízes de um intercâmbio”. In: PADILHA, Laura C. (org). *I Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa – Repensando a africanidade*. Niterói: Imprensa Universitária da UFF, 1995, pp. 53-67.

MONTEIRO, Manuel Rui. “Eu e o outro – o invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto”. In: Medina, Cremilda. *Sonha, mamana África*. São Paulo: Epopéia, 1987, pp. 308-310.

_____. “Só percurso pelo discurso”. In: PADILHA, Laura C. (org.). *I Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa – Repensando a africanidade*. Niterói: Imprensa Universitária da UFF, 1995, pp. 87-95.

MOURÃO, Fernando A. Albuquerque. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Ática, 1978.

PADILHA, Laura Cavalcante. “Ambíguo vazio: O Ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”. In: *Letras na Universidade*. Caderno de Letras; Niterói, n. 1, pp. 46-56, 1990.

_____. *Entre voz e letra: O lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói: EdUFF, 1995.

_____. *Novos pactos, outras ficções: Ensaio sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS / Lisboa: Imbondeiro, 2002.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

SANTILLI, Maria Aparecida. Ano bissexto, um tempo de saúde para a convivência em português. In: *Actas*. Lisboa / Coimbra / Porto: Instituto de Cultura Brasileira – Universidade de Lisboa, 1984, pp. 300-307.

_____. *Africanidades*. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SECCO, Carmem Lúcia Tindo. *A magia das Letras africanas: Ensaio escolhido sobre as literaturas de Angola, Moçambique e alguns outros diálogos*. Rio de Janeiro: ABE Graph / Barroso Produções Editoriais, 2003.

SOROMENHO, Fernando M. de Castro. *Terra morta*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1949.